



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26-05-11

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Bom dia a todos. Em que pese não precisarmos de quórum, daremos início à nossa reunião.

Na presença do Vereador Francisco Chagas, nesta presidência, declaro abertos os trabalhos da 8^a audiência pública que a Comissão de Finanças e Orçamento realiza no ano de 2011, sendo a primeira audiência pública temática ao PL 186/2011, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012.

Foram convidados a participarem desta audiência os Srs. Secretários Municipais da Saúde e de Infraestrutura.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.câmara.sp.gov.br, no link auditórios on line.

Estão presentes os Sr. Secretário Elton Santa Fé Zacarias, representando a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, e o Sr. Guilherme Estanislau do Amaral, representando o Secretário Municipal de Saúde.

Procederemos da seguinte maneira; primeiro, falam os Secretários e, depois, os demais inscritos.

Tem a palavra o Sr. Elton.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Bom dia a todos. Cumprimento ao Vereador Francisco Chagas, que representa a Comissão de Finanças e Orçamento e a todos vocês.

Sou Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras e Presidente da São Paulo Obras, empresa resultado da cisão da antiga Emurb na cidade de São Paulo.

Primeiro, quero fazer um panorama geral da Cidade, que é muito grande e tem muitas necessidades e problemas de infraestrutura, mas, também, uma equação financeira mal resolvida.

O orçamento que nos sobra para investimentos é relativamente pequeno face ao tamanho da Cidade. Isso faz com que as grandes obras tenham sempre que contar com algum

tipo de parceria ou do Governo Federal ou do Estadual, ou com mecanismos de autofinanciamento como as Operações Urbanas que utilizam Cepacs para obras específicas.

Sendo assim, o orçamento da Siurb, por exemplo, deste ano, pode parecer robusto, pois se trata de um orçamento de mais de 1,5 bilhão de reais, mas, na prática, o orçamento útil, livre, fora das Operações Urbanas, gira ao redor de 400 milhões de reais.

Desse modo, temos bastante dificuldade em atender todas as necessidades da Cidade. Isso não é uma questão de desejo do Prefeito, do Governo ou da Câmara, mas, sim, porque, entre outras, a Cidade está obrigada a repassar ao Governo Federal algo em torno de 13% da sua receita corrente líquida – cerca de 3 bilhões de reais por ano.

Se não tivéssemos essa necessidade, provavelmente, conseguiríamos atender melhor os anseios da sociedade quanto à infraestrutura.

De qualquer forma, alguns projetos e obras foram incluídos na LDO – o que é uma novidade -, algumas obras de maior porte e outras que fazemos para outras Secretarias.

Relatarei as obras incluídas: monitoramento contra enchentes; reservatório de regularização no Córrego Pirajuçara; Córrego de Machados; drenagem na Bacia de Aclimação; regularização de vazão na região da Vila Madalena, Bacia do Córrego Verde; regularização de vazão dos Córregos Paraguaieguas, na região do Ibirapuera; uma rubrica de canalização genérica, para pequenas obras em córregos; obras de emergência; construções de reservatórios e piscinões; Complexo Viário Jaraguá; Sistema Viário Metropolitano em convênio com o Governo do Estado; obras de emergências nos Sistemas Viários e Obras de Arte; prolongamento da Radial Leste; construções de túneis e passagens subterrâneas; recuperação e reforço de obras de arte especiais; regularização de vazão na Bacia do Anhangabaú; reurbanização da Praça Roosevelt e alguns equipamentos para Saúde e Educação, como praça das artes, construção de escolas e etc.

São programas que estão em andamento e que pretendemos, dentro do possível, finalizá-los ou deixá-los bem encaminhados até o final de 2012, incluindo-se algumas ações na

área de eventos, tais como Fórmula Indi, Fórmula 1, que envolve, também, a Secretaria de Infraestrutura Urbana para a montagem das pistas e dos eventos.

Na avaliação da Secretaria, os projetos colocados nessa LDO estão com as suas ações bem equacionadas e seus financiamentos, mais ou menos, resolvidos e aguardando o processo burocrático em alguns casos ou em andamento, como licitações, desapropriações.

De início, era o que queria falar. Depois, podemos fazer um debate.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Elton.

Antes de passar a palavra ao Sr. Guilherme, informo que esta audiência pública foi publicizada através do *Diário Oficial de São Paulo* no dia 25/05 e da *Folha de São Paulo* no dia 26/05, além do *Diário Oficial do Município*.

Tem a palavra o Sr. Guilherme Estanislau do Amaral, da Secretaria da Saúde.

O SR. GUILHERME STANISLAU DO AMARAL – Bom dia a todos. Estou representando o Secretário Januário Montone, tendo em vista que a área em que atuo na Secretaria é a de Coordenadoria Financeira e Orçamentária. Exatamente em razão do tema pediu a mim que viesse representá-lo.

Primeiro, em complemento às palavras do Elton, que expôs claramente as necessidades, considerando que o orçamento da Saúde ser o segundo da Prefeitura – em torno de 6 bilhões -, também temos uma série de problemas para resolver e, de forma muito equilibrada, o Sr. Prefeito tem feito a divisão, a fim de que seja atingido um resultado ótimo em todas as áreas.

Falarei um pouco sobre como será feita a elaboração desse orçamento. Iremos manter o mesmo percentual – em torno de 20% - das receitas, tendo em vista que a Emenda Constitucional nº 29 obriga os Municípios invistam, pelo menos, 15% de seus recursos próprios em Saúde, e estamos investindo 20%. Basicamente, nesta fase, mostraremos as dotações e suas realizações. Neste instante, o trabalho mais importante que está sendo feito é o contato com todas as áreas, a fim de que executem o que já está orçado.

É muito importante, ao elaborarmos um orçamento, verificarmos as tendências dos gastos. Portanto, alguns projetos podem não estar sendo desenvolvidos, e devem ser executados, demonstrando que há a necessidade do recurso.

É claro que se, mesmo assim, observarmos algum tipo de distorção, ficaremos de olhos abertos na elaboração do orçamento.

Ninguém melhor do que as próprias áreas para elaborarem seus orçamentos.

O Gabinete, onde estou lotado, dividimos pelos setores: Atenção Básica, Núcleo Técnico, Administrativo, Recursos Humanos, que nos informam sobre seus projetos, suas necessidades, e tentamos fazer uma acomodação de forma que a atendermos não só as necessidades das áreas, mas, principalmente, todos os investimentos previstos no Plano Plurianual e na Agenda do Prefeito. Então, existe um mecanismo de ajuste que é feito com muita calma e muita dedicação de todos os funcionários da área da Saúde.

O Gabinete elabora 80% do orçamento, mas há, ainda, todas as Coordenadorias Regionais que também elaboram, a Autarquia Hospitalar Municipal e o Hospital do Servidor Público, os quais também criam seus orçamentos e nos enviam. Depois, fazemos uma consolidação para que seja enviado para Sempla.

Este tipo de audiência é muito importante, por ser um momento de discutirmos quais as reais prioridades, bem como por podermos escutar a população, a fim de elaborarmos uma peça orçamentária com mais qualidade.

Independentemente destas reuniões, estamos sempre abertos para atendê-los. Minha porta está sempre aberta para quem quiser conversar comigo. Estou, absolutamente, à disposição. Obviamente, a Câmara também. Inclusive, esta Casa tem nos dado inúmeros auxílios. No ano passado, ao final do exercício, nos premiou com 40 milhões do orçamento, que nos foi passado, razão pela qual somos extremamente gratos e – creio – fizemos um bom uso. Queremos, cada vez mais, estreitar nosso relacionamento com esta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, que dirige seu questionamento para Siurb.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Bom dia a todos, nobre Vereador Francisco Chagas, Presidente desta sessão de Finanças e Orçamento, relator da LDO, de 2012; prezado Secretário Elton Zacarias, de Siurb; prezado Sr. Guilherme, representante da Secretaria de Saúde; demais funcionários e membros desta plenária.

Começando com Siurb, muito me estranhou entre as diretrizes de 2012, a exclusão da diretriz referente a um assunto bastante importante, mas para a gestão Kassab parece que não é. Haja vista que nada executou dessa dotação em 2009, nem em 2010. Não contente com isso, exclui da LDO de 2012 a construção de passarelas para pedestres. É um assunto bastante importante, pois principalmente com as novas obras do viário a população fica isolada e não consegue ter direito à sua mobilidade e circulação.

Portanto, gostaria de saber por que houve abandono desse tema, comprovado com a sua retirada da LDO de 2012? Salvo engano, o é código 5063, referente a esta questão.

Na LDO do ano passado, que foi aprovada, previa-se, textualmente, duas novas passarelas. Gostaria de saber se foram feitas, pelo visto não, porque a dotação está zerada, como disse anteriormente.

Continuando em Siurb, comparando a LDO de 2011 e 2012, vê-se um fenômeno bastante curioso. Primeiro, na Cidade Ademar há uma obra bastante importante, Córrego Zavuvus, não está incluída como diretriz e é uma região bastante delicada, pois, como me lembro, houve mortes em vista de enchentes no ano passado. Agora, em 2011, houve de novo e esse assunto não está na LDO. Há outros córregos, obras importantes na Cidade, mas essa obra já foi concluída, para não estar na LDO de 2012? Se não me engano consta do orçamento de 2011.

Outra comparação bastante importante, de 2011 para 2012, na dotação Controle de Vasão do Córrego Cordeiro, em 2011 era 12%, agora, em 2012, 13%. Só cresceu 1% de um

ano para o outro? Gostaria de saber, porque, com certeza, a gestão não vai entregar essa obra.

Fato semelhante ocorre com a drenagem da Bacia da Aclimação, era 33 agora consta 34%, outra obra, provavelmente, inacabada da gestão Gilberto Kassab.

Comunico que estou propondo uma emenda à relatoria para devolver a diretriz referente as passarelas dos pedestres. Tanto a gestão do Prefeito Serra não gastou nada, em 2005 e 2006, infelizmente o Prefeito Kassab em 2009 e 2010 não gastou nada, o assunto parece que não está sendo levado a sério. Se as autoridades soubessem o número de mortes das pessoas que atravessam porque não há passarelas, estou certo que entenderiam a seriedade e relevância do tema.

No âmbito da Saúde, gostaria que fosse, na medida do possível, respondida uma pergunta feita ontem por mim, na audiência pública trimestral sobre o Programa Mãe Paulistana. Consta na LDO do ano passado que a porcentagem do monitoramento de gestantes e parturientes pelo Programa era de 20%. Hoje consta 50%, para 2012, gostaria de saber qual o número real hoje dia, 26 de maio de 2011, qual é esta porcentagem? Ontem não foi respondida e é um programa importante e houve um fato bastante desastroso, ontem, quando fomos analisar, mesmo à revelia da Secretaria de Planejamento que não quer mostrar, descumprindo a lei de inteiro acesso à saúde, e vimos que só foi gasto, no Mãe Paulistana, entre janeiro, fevereiro e março de 2011 apenas 115 mil reais, ou seja, curioso um programa que está sendo feita a propaganda, gastou-se 0,9% e não há a porcentagem exata desta dotação.

Outro programa importante é o Prohdom, também se prevê o aumento de 9 para 14 equipes. Só que foi ontem revelado que em Itaquera está sem este projeto importante do atendimento domiciliar.

Por fim, gostaria de abordar como último ponto que é a questão das PPP's. Aí realmente se mostra bastante equivocado a temática apresentada pelo Executivo no que tange

a Secretaria de Saúde, pois no relatório da PPP, apresentado no ano passado, nós verificamos que existe a construção de três hospitais e nos surpreenderam com um novo hospital, com 250 leitos, na região da Dutra. Curiosamente este hospital não está na LDO de 2012, está na conta da LDO. E o que consta nas promessas de campanha são aqueles de 50 leitos, ou seja, Parelheiros e hospital da Zona Leste, na Vila Matilde. Se faz um novo hospital com 250 leitos que não está em nenhum documento legislativo, haja vista que é um bairro que se formos ver não é um bairro de maior demanda, a Cidade Dutra. Com certeza, o bairro vizinho do Grajaú seria de maior demanda e se inventa esse novo hospital, com 250 leitos. E os hospitais prometidos só são de 50 leitos.

Eu gostaria de saber uma explicação: se vai ser incluído e fora a questão absurda que não vai ser entregue pelo Prefeito Kassab estes hospitais pela porcentagem aqui até o Vereador Donato levantou esta questão na primeira audiência pública. São estas as perguntas.

O SR. AIRTON GÓES – Bom dia a todos, trabalho na rede Nossa São Paulo e acompanho os trabalhos na Câmara, mas hoje quero falar da região que moro. Participo do fórum social da Cidade Ademar de Pedreira. Foi falada a questão de um córrego que corta nossa região. No ano passado seis pessoas morreram lá. As pessoas moram literalmente dentro do córrego e não é um espaço pequeno, é um córrego bastante grande e o Prefeito falou que iria resolver este problema. Precisamos saber como isso está.

Agora uma coisa que talvez envolva mais a Secretaria da Saúde é a questão de no Orçamento ser definida a região que vai ser feito o equipamento. Temos visto aqui na Câmara que se coloca alguns poucos equipamentos de saúde e não se identifica onde será construído, qual é a Subprefeitura, qual é o Distrito? Para a população é muito importante saber se aquela região está contemplada ou não. A impressão que dá é que se colocam as coisas e depois os moradores ficam brigando pelo equipamento porque não sabem onde vai ser construído e ficam na esperança de que se solicitar, reivindicar. O que acaba não acontecendo, via de regra. Dou dois exemplos: lá na região há um Jardim Miriam, que é um bairro e há o Pantanal,

que é uma comunidade. O Pantanal tem 20 mil pessoas, não possui nenhuma unidade de saúde, o Jardim Miriam tem um posto mais próximo que fica mais ou menos a um quilômetro do Jardim Miriam e lá estão inscritos, da última vez que pegamos os dados, tinham 73 mil pessoas inscritas na Unidade Básica de Saúde. Quem é da área sabe que não é possível uma unidade de saúde atender esse número de pessoas.

Tentamos diversas vezes, reivindicamos, a Sra. Secretária anterior ao Sr. Januario Montone esteve no local e verificou a necessidade. É engraçado porque todo mundo concorda, a Sra. Coordenadora de Saúde e a organização parceira Santa Catarina também, que é preciso colocar as duas unidades de saúde na região, apesar disso, não acontece.

Talvez isso explique a pouca presença da sociedade. As pessoas acabam achando que não resolve e não adianta reivindicar. Seria importante que este instrumento de participação resultasse em algo e que as Secretarias, realmente, atendessem ao pedido das pessoas.

O pessoal que mora nessa região é vizinha a Diadema e muitos, para terem atendimento médico, têm de se deslocar para lá. Assim, é preciso pedir o endereço ou a conta de algum amigo e mentir que é morador de Diadema para ser atendido. Isso é uma vergonha para a maior cidade de São Paulo.

Sou morador da região e trago essa reivindicação, presencio essa situação e gostaria que a Secretaria da Saúde resolvesse esse problema. A demanda dessas duas unidades de saúde tem mais de dez anos.

Obrigado, Vereador Francisco Chagas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado Airton. Concordo em grande medida com sua fala, mas acho que a baixa frequência nas audiências públicas se deve, primeiro, à possibilidade de acesso e, principalmente, à ausência do OP, orçamento participativo. Acho que a suspensão real do orçamento participativo, - que em minha opinião - muito mais do que no momento do poder de decisão, é uma educação para a participação.

Acho que isso diminui o ímpeto das pessoas em saber que uma matéria como orçamento é, extremamente, complexa. Quando discutimos orçamento, seja em Orçamento, na LDO ou no Plano Plurianual, é uma matéria abstrata. É diferente de se chegar na região e falar sobre a escola ou à falta creche. O cidadão vê que tem tanto de recurso para creche ou para a escola, que tem de canalizar o rio ou fazer uma obra de infraestrutura, então, acho que esse distanciamento físico por um lado e a ausência de aspectos reais e concretos por outro, dificultam a participação popular. Temos de fazer uma maior divulgação, uma propaganda nos veículos de comunicação, principalmente, naqueles com alto índice de popularidade, mas fica uma grande abstração o debate sobre Orçamento, em minha opinião.

Em geral, concordo com o que você disse, mas enquanto não tivermos um processo para situar onde o cidadão está, onde a obra vai acontecer e a vida real está acontecendo, será assim.

Passo a palavra ao Sr. João Antonio Ferreira, Assessor de Gabinete da Vereadora Juliana Cardoso.

O SR. JOÃO ANTONIO FERREIRA – Bom dia a todos. Tenho três questionamentos a fazer para a Secretaria de Saúde, hoje, representada pelo Dr. Guilherme.

Quando em 2012, ao final da gestão, a LDO se confunde um pouco com o Plano de Metas e tem três tópicos com os quais estou bastante preocupado.

A construção dos três hospitais e que, hoje, na saúde, significa o plano da PPP que é muito mais do que os três hospitais. Apesar da consulta pública ter sido colocada via Internet no dia 18 de novembro e a audiência pública realizada na Prefeitura ter sinalizado um cronograma de um mês - no mês seguinte sairia o edital - estamos acabando o mês de maio e nem o edital ainda veio a público, ou seja, a PPP me parece uma miragem e já se reduziu à expectativa de entregar os dois hospitais para entregar 30% da obra.

Qual é o esforço da Secretaria em conseguir cumprir isso e, principalmente, quais são

dificuldades de poder soltar o edital?

A consulta pública tem mais de 6 meses e pela legislação o prazo necessário seria de 30 dias. Existe uma dificuldade evidente da Secretaria até na elaboração do edital. Então, imagina na execução e a disputa que terá entre os pretendentes da PPP. Parece-me que há um problema muito grande no cumprimento até da meta reduzida de 30% dos três hospitais.

A outra questão são as AMAs Sorriso - as unidades de saúde bucal - que foram anunciadas, propôs-se 50, foi feito um contrato de gestão com uma ONG suspeita – a IAA (?) – mas que teve de ser cancelado porque tinha a participação do ex-Secretário Adjunto e até hoje nada, ou seja, mais da metade do terceiro ano e não há nenhuma unidade da saúde bucal instalada. Vejo muita dificuldade em cumprir a meta dessas 50 unidades até o final de 2012.

Por fim, o Programa de Saúde da Família tem a meta deste ano em 1.390 equipes, há 1.264 equipes funcionando. Apesar da Secretaria dizer que tem 1200 equipes funcionando, quando vamos ao site do Ministério da Saúde vemos que só tem 999 no mês de março. Foi isso que o Município recebeu. Mais de 150 equipes estão incompletas, sem o profissional médico.

Então, existe uma dificuldade muito grande da Prefeitura, da Secretaria, em contratar profissionais para trabalhar nessas equipes. Também estou muito preocupado com o cumprimento dessa meta de mais de 1.300 equipes quando a Prefeitura não consegue por para funcionar mais de 1000, ou seja, em sete anos, o crescimento que teve das equipes de PSF seria mais ou menos fazer em um ano, um ano e meio. Estou preocupado com essa meta e queria ouvir um pouco a opinião do Dr. Guilherme.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) - Antes, tem aqui a Maria do Socorro Alves, da ONG Nosso Sonho Itaquera.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia. Apesar do atraso, temos um objetivo e sabemos o que queremos. Bom dia a Mesa, bom dia a todos. Sou Maria do Socorro Alves, da organização Nosso Sonho.

É difícil para eu continuar. Um dia eu acredito que talvez será realizado. É sobre a saúde. Todo mundo sabe que a saúde está um caos, só que eu queria sobre o PSF porque a minha região é esquecida – Águia de Haia, Cidade Carvalho. Existe o PSF de Vila Ramos.

Meu Deus do céu, meu cabelo está ficando branco porque ninguém me dá a resposta! Existe uma equipe que todo mundo sabe quem direciona, quem administra. Lá no Vila Ramos não tem nem 10% de atendimento, porque existem cinco equipes no papel, só que duas muito mal funcionam. Existem casos graves e a população tem de saber a solução.

Sobre o Prohdom que, mais uma vez, em Itaquera é esquecido. O Prohdom tem de ter o conhecimento de que existem outras regiões que foram beneficiadas, porém, na nossa querida Itaquera, que agora está sendo lembrada pela Copa do Mundo, os infelizes estão morrendo. Por que esqueceram Itaquera?

O PPP, será que é ilusão ou vai se tornar realidade? Isso eu estou acompanhando. Eu também sou do Conselho do Idoso, o CNI, e espero que alguém cheque, porque infelizmente o Conselho do Idoso, aliás, os idosos estão transparentes. Esse é um problema muito grave. A nossa população é de quase 400 mil pessoas, entre elas os deficientes, idosos, os jovens, das quais 25% são vulneráveis.

É horrível. Trabalhei durante 19 anos na FEBEM, sou aposentada, sou auxiliar de enfermagem, tenho uma bagagem bem abençoada. Mas eu quero resposta do Prohdom, do Ucri também já comecei a fazer esse levantamento, que nós necessitamos; e da Siurb também. Quero saber, por favor, e é um direito nosso, sou cidadã; tenho 69 anos e, daqui a dois meses, completo 70, mas ainda tenho direito, porque eu voto, sou uma cidadã.

Em nome de toda comunidade da Águia de Haia, Cidade A.E. Carvalho, queremos saber por que Itaquera é, principalmente o nosso fundão, av. Caititu, o Morro, Vila Nova, onde os esgotos estão tudo a céu aberto. E também a nossa periferia, de onde eu também sou com muito orgulho, qual será o destino dessa população? Será que vai ser massacrada, esmagada, cuspidas e jogada ao relento? Porque não temos saneamento, o esgoto é a céu aberto.

E nem falo de educação, porque, pelo amor de Deus, não temos escola, não temos EMEI, temos apenas escola de primeiro grau e duas creches conveniadas para uma população de quase 400 mil pessoas.

A hora que quiserem, em três meses, faço o levantamento da população e provo qual é a quantidade da população deficiente, de idoso e de todas as pessoas vulneráveis. Nós queremos uma resposta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Sra. Maria do Socorro. A senhora é uma cidadã, com quase 70, vir aqui e trazer a opinião da população. Muito obrigado pela sua presença.

Não há mais inscritos, então vou levantar algumas questões que foram redigidas pela assessorias coletiva da Bancada do PT e algumas questões que acho pertinente a este debate, e depois passo a palavra ao Vereador Donato, que também é membro da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa.

Antes de propriamente entrar nos temas que pretendo abordar, tenho participado de muitas audiências públicas e tenho procurado fazer o esforço de levar essas audiências públicas para algumas regiões.

O Sr. Ivan tem acompanhando muito esse trabalho e na área da saúde, para além das nossas físicas, que algumas pessoas já se referiram aqui, nós temos um problema muito sério do ponto de vista do atendimento e do profissional da saúde, quer dizer, a grande reclamação é que você chega em todas as unidades, eu não encontrei nenhum lugar onde as pessoas dissessem: “Aqui não tenho problema” seja de generalista, seja de algumas especialidades. A bem da verdade, isso não é novo, é antigo, mas me parece que isso está se perpetuando na medida em que a cidade cresce, obviamente as exigências crescem. Eu queria ver, não olhei em qual item está isso, mas como é que a Secretaria pretende, do ponto de vista do seu orçamento ou da sua visão, enfrentar o problema do profissional da saúde.

Outra coisa é assim, do Plano de Metas e Prioridades até 2012, 27 ações, o senhor poderia discorrer sobre as principais ações que constam no Plano de Metas? Na meta 41.11, implantação e manutenção da estratégia de saúde da família a meta é manter a implantação... Já foram 1.390 equipes, mas quantas existem e quantas serão implantadas até 2012? Do Plano de Saúde da Família. Na meta 41.05, a operação e manutenção do serviço de atendimento médico de urgência no SAMU, 435 bases e unidades do SAMU mantidas. Na meta 41.09, operação e manutenção das farmácias populares, com 14 farmácias mantidas. A farmácia popular é um projeto de minha autoria, em 2004, que depois virou uma política nacional. Quais são as dificuldades para implantação das metas 20.11, quais as medidas que a Secretaria pretende adotar para contorná-las. Em relação à Conferência Municipal de Saúde, qual é a previsão de sua realização. Acho que esse é um assunto que interessa ao conselho, à cidade. Aqui também já foi mencionado, nas PPPs, o projeto da LDO pretende genericamente que a proposta orçamentária contenha dotações para a realização de consórcios públicos e de Parcerias Público-Privado, de acordo com a legislação pertinente. Seguindo os mesmos princípios, a proposta orçamentária vigente contem recursos específicos para esse fim. Qual é o prazo para conclusão da PPP de saúde? Há algum novo projeto em sua área que ainda não tenha sido anunciado e a construção de equipamento de saúde. Fora PPP, ainda há a previsão da construção de um equipamento de saúde. Qual será o equipamento e onde será construído?

Ainda nessa semana a Anvisa reconheceu o HPV masculino como sendo uma necessidade de vacinação e nós sabemos que o feminino há muito tempo é. Queria saber se existe algum programa para vacina para esse problema tão grave que leva muitas pessoas, se não estiver enganado é o terceiro motivador de câncer no sexo feminino, gostaria de saber se tem programa para isso e agora a Anvisa não só autorizou, mas indicou que deve ser feito também com os homens em determinadas faixas etárias.

Em relação a programa dirigido a atendimento à saúde, é a questão dos distúrbios do

sono. Inclusive tenho um projeto nesta Casa apresentado para que a Secretaria Municipal de Saúde possa fazer os exames. É um exame caro, tem uma estimativa de pessoas, até 40 anos, em torno de 40% da população, segundo o Instituto do Sono, sofrem de distúrbio do sono. Motoristas, por exemplo, daqueles que são profissionais, é exigido que ele faça esse exame para renovar habilitação e não é um exame barato, em geral é um público que necessita. Parece que pessoas até 16 anos, 20% da população sofre de distúrbio do sono. Isso tem consequência depois na rede pública de saúde, porque o cidadão começa a sofrer de distúrbio do sono, aí ele vai ter problema de hipertensão, vai ter problema de outra natureza, dependendo da idade pode levar a uma série de complicadores. Então queria saber também se existe a disposição para que a Secretaria adote um programa de exame de distúrbio do sono, que, se eu não estiver enganado, gira hoje na rede privada, em torno de mil reais a realização do exame, se eu não estiver enganado, caso contrário pode até nos informar.

Vamos para o Secretário Elton, tem uma série de questões com relação a obras que são importantes para a cidade. Eu estou vendo aqui Programas de Melhoria de Mobilidade Urbana, Integração Metropolitana, Complexo Viário Jaraguá. Então tem meta de 2010, 2013, 2011 e 2012, então queria saber, Secretário Elton, o que o senhor podia falar sobre essa questão, como é que está o andamento dessa questão da pavimentação do Complexo Viário Jaraguá, a implantação. A outra a melhoria da mobilidade urbana também. O prolongamento da Radial você mencionou inicialmente na sua exposição. Jaraguá, Radial, Complexo Viário Padre Adelino, o prolongamento da Avenida Roberto Marinho, acho que é uma coisa importante. A Operação Urbana Água Espraiada, eu queria que você pudesse tratar melhor disso e perguntar, porque nós temos sofrido, não vamos entrar nas causas da natureza, porque vira uma situação muito esotérica e metafísica. O fato é que o Poder Público tem que mudar. Nós temos observado um crescimento das enchentes, de chuvas e, portanto, danos muito grandes. Tem algum plano efetivo de combate às enchentes, previsto em LDO, porque nós vamos ter que enfrentar isso.

Outra coisa, ontem nós fizemos aqui nesta sala a reunião da Comissão do Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo. Aqui estiveram as pessoas, as entidades da sociedade civil e o engenheiro da Dersa, responsável pela questão do meio ambiente. No caso do Rodoanel Norte, nós teremos na cidade de São Paulo em torno de 20 quilômetros de rodovia, vamos dizer assim, com anexo, segundo a proposta da Dersa, já observada com modificações oferecidas, ou sugeridas pelo município, pela Raimundo Pereira de Magalhães. Mas ali nós temos a Raimundo Pereira de Magalhães, a Inajar de Sousa, e várias outras vias importantes de acesso à zona Norte que serão altamente impactadas com a obra do Rodoanel, no caso norte. No caso Oeste foram inclusive observadas situações em que alguns bairros foram segregados. No questionamento à Dersa, ela disse que jogou o problema para o município, que a segregação de bairro por conta do Rodoanel, o município haverá de fazer alguma conexão, seja por túnel, seja de alguma forma. Gostaria de saber se esse assunto a Dersa tem discutido com a sua área, se na proposta que ainda está em debate do Rodoanel, que ainda não está fechado, não tem aprovação ainda, existe essa interação entre o município e o estado para construir esses canais de interlocução da própria cidade para impedir essa segregação de algumas áreas.

Por enquanto é isso. Passo a palavra para o Vereador Donato.

O SR. DONATO – Bom dia a todos. Quero agradecer ao Presidente, Vereador Francisco Chagas, cumprimentar o Secretário Elton, o Dr. Guilherme.

Vou me ater mais às questões da Siurb, acho que as questões que eu tinha a perguntar sobre saúde já foram colocadas pelas pessoas que usaram a palavra. Primeiro uma questão geral: Secretário, qual a dificuldade de termos um orçamento mais detalhado? A dotação de canalização de córregos é uma dotação genérica. Os senhores têm a programa de córregos que os senhores irão canalizar, ou prevêem canalizar no orçamento, por que isso não pode aparecer no orçamento discriminado como cada córrego, ou cada reservatório, ou cada piscinão, ou cada via pública. Essa é uma questão que me atormenta, porque atrapalha a

discussão do orçamento. Isso vale para as escolas, vale para as unidades de saúde, a discriminação de cada ação do Executivo. Esse é o espírito da Lei Orçamentária e isso que dá transparência e permite que cada cidadão possa acompanhar melhor esse debate, caso contrário fica um debate completamente abstrato, como já foi dito aqui. Essa é a primeira questão de cunho geral, não é possível, já na própria lei, apresentar os córregos que serão canalizados? No caso do senhor, dessa dotação.

Em relação às metas. Nós temos algumas metas que me preocupam. Nós temos acompanhado a questão do Pirajuçara, segundo um indicador de eficácia aqui, nós temos 67% das obras de drenagem do Córrego Pirajuçara concluídas, mas não é a realidade. Aqui, vocês já me explicaram as fases, não consigo assimilar o critério aqui, mas, enfim, nós temos a situação do Orli, do Parque Esmeralda, dos reservatórios, dos polders que precisam ser feitos lá e a última conversa que tive em Siurb ainda estava na fase de licenciamento ambiental, ainda que já tenha a contratação da empresa. No relatório de metas aqui diz que a fase de licenciamento ambiental já está concluída. Então não sei em qual informação que acredito, porque no relatório diz que está concluída e Siurb me informou que ainda está na fase de licenciamento, foi necessário um novo licenciamento. Isso sobre o Pirajuçara.

Nós temos a duplicação da M'Boi Mirim também é uma outra meta, a meta 97, “Concluir a duplicação da Estrada do M'Boi Mirim”, aqui está com 33% de eficácia, mas não tem um metro de asfalto lá, mas, enfim, está com 33% de eficácia. Gostaria do senhor qual é a dificuldade, porque parece que o processo é de 2007, parece que a Empave está contratada para o projeto, a Araguaia está contratada para a obra, mas o fato é que tem 14 milhões, se não me engano, destinados no orçamento, mas nada anda e a situação na M'Boi Mirim é dramática, do Terminal Ângela para lá, a gente costuma ver as manifestações aqui perto da Guarapiranga, mas o fundão, o cara para chegar no Terminal Ângela, saindo lá do Horizonte Azul, sofre muito, completamente parada a estrada e é necessária essa duplicação. Então essa é outra meta que gostaria que o senhor pudesse detalhar para a gente.

Aqui já foi pedido explicações sobre a Roberto Marinho, que é outra meta, mas tem duas outras obras que não estão no Plano de Metas que eu gostaria que o senhor pudesse nos relatar a situação e qual será a previsão de colocação no orçamento no ano que vem, que é a Sena Madureira, que recentemente teve publicada a adjudicação, acho, mas que ainda não tem licenciamento ambiental, se não me engano. Gostaria de saber se existe disposição mesmo de fazer essa obra no ano que vem, ou se ela está contratada, mas sem previsão orçamentária. E o Ponte Baixa, que também tem uma dotação orçamentária grande, mas que ainda não vimos o início das obras, qual é a situação da canalização do Ponte Baixa.

A princípios são essas a primeiras questões que eu gostaria de fazer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Vou passar a palavra para os Secretários. Vamos inverter a ordem, Saúde e depois Infraestrutura. Pode ser?

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Respondendo as questões do Fábio e do Ailton, a dotação de passarelas colocada no orçamento da Siurb, são passarelas para serem executadas nas intervenções viárias de grande porte que a Siurb eventualmente execute. As passarelas normais, de passagem de pedestre, são questões mais afetas à CET com as subprefeituras. Por isso que você não deve ter notado que não tem execução de passarela porque a Siurb não teve a execução de grandes viários nos últimos anos, eles foram transferidos para a Dersa fazer a execução, seja a própria Jacu-Pêssego que tem problema de seccionamento entre bairros, é um problema que a Dersa está estudando a solução para complementar o projeto da Jacu-Pêssego.

Com relação a Zavuvus. O Zavuvus tem um contrato com a empresa Hidroestúdio para realização de projeto, já me foram apresentados os primeiros anteprojetos, provavelmente nós vamos ter que fazer quatro reservatórios de amortecimento. Em paralelo a Sehab está fazendo a remoção das famílias que estão nas áreas mais críticas, a Superintendente Elisabete França já removeu várias famílias de lá e é nossa intenção sim fazer a licitação. Nós pleiteamos dinheiro com o Governo Federal no ano passado, nós apresentamos quatro

projetos ao Governo Federal com canalização com urbanização, porque ali a quantidade de famílias é muito grande, devemos ter aproximadamente duas mil famílias no entorno. É um córrego de oito quilômetros de cumprimento, nós sabemos o problema e o Prefeito está empenhado em resolver.

A resposta do Governo Federal no ano passado foi, a princípio, negativa para três dos quatro projetos, ele só aceitaram o córrego Ponte Baixa. Nós estamos, a princípio, estimando que essa é uma obra de 350 milhões de reais, nós vamos precisar de uma ajuda de algum órgão financeiro para tocar. Mas, de qualquer forma, é intenção do município preparar licenciamento e edital de licitação para o começo do segundo semestre para já começar a tomar as providências mais efetivas e aguardar aí se a gente consegue uma parceria.

Córrego do Cordeiro está em fase final de licitação. Nós devemos abrir os envelopes de preço na próxima semana. Tem recurso do PAC-1, aproximadamente cem milhões de reais, e também se encontra em fase de licenciamento junto à Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Então é nossa expectativa continuar, nós não paramos, a administração pública é burocrática, ela é demorada, as ações são complexas, ainda mais em obras de mais de cem milhões de reais, a estimativa do Cordeiro é na faixa de 140 milhões de reais.

A questão da Bacia da Aclimação. Está em obras pela empresa Telar a construção do novo vertedouro e o reforça de galeria no entorno da Aclimação, mas tem um problema aí, vamos dizer assim, um pouco mais complexo, porque existe no encaminhamento do Tamanduatei um interceptor de esgoto da Sabesp, um de esgoto e uma adutora de água que precisam ser removidas e a Sabesp vem informando que não tem recurso para fazer a remoção, colocou até uma previsão para 2015, mas o município vem fazendo a parte dele e tem tentado... Inclusive o Ministério Público está pressionando a Sabesp para que ela faça esse tipo de remoção.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Secretário Elton, como eu sou fiscalizador dia sim, dia não do Bairro da Aclimação, estão dizendo que somente...

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Eles mandaram uma resposta para o Ministério Público dizendo que eles não dispõe de recursos orçamentários no plano deles nos próximos anos e que provavelmente só a partir de 2015. Mas eu tenho conversado com o Paulo Massato, do diretor da Sabesp, para ver se a gente consegue chegar a alguma equação.

Então aqui acho que as questões do Fábio e do Ailton já foram.

A Maria do Socorro questionou a execução de canais e de esgoto na região de Itaquera e zona Leste. Essa questão, na forma como ela foi colocada, está mais para a Secretaria de Habitação. A questão de saneamento ficou vinculada à Secretaria de Habitação. De qualquer forma, o Secretário da Habitação tem feito um trabalho de planejamento muito forte. Foi feito um contrato-programa com a Sabesp para resolver toda a questão de saneamento da cidade formal até 2018; e, até 2024, incluir toda a cidade informal – favelas, regularizações e etc. De qualquer forma, a Secretaria está trabalhando.

Quanto a Siurb, nós temos no projeto de extensão da Radial Leste até Ferraz de Vasconcelos; nós temos algumas intervenções que vão fazer, inclusive, aquela conexão com a Águia de Haia e que vai facilitar a questão do transporte na região.

Acho que estão esgotadas as questões do público.

O Vereador Francisco Chagas está falando do Jaraguá. O Complexo Viário Jaraguá está feito, existe uma pequena alça que precisa ser ajustada, mas eu diria que 90% do complexo está executado. A Radial Leste tem problemas de recursos. Foi solicitado, inclusive tem uma emenda no Governo Federal de 40 milhões de reais para reforçar a dotação da Radial Leste. É uma obra de 140 milhões. Ela se compõe de dez intervenções, inclusive a ligação, lá no final, passando por cima dos trilhos da CBTM para interligar com Ferraz. O contrato foi assinado com a empreiteira OAS, a dotação orçamentária para este ano é muito pequena – se não me engano é algo em torno de quatro milhões de reais. Por isso precisávamos desse esforço que viria de uma emenda parlamentar do Governo Federal. De qualquer forma, essa é uma obra considera prioritária e nós estamos fazendo o máximo esforço para tocá-la para

frente. O licenciamento ambiental já existe de 70% dos trechos da obra e está sendo feita uma adequação na Secretaria do Verde e Meio Ambiente para os pequenos trechos que ainda não têm o licenciamento.

O Complexo Viário Padre Adelino está na fase final. Devemos ter até o final de junho a conclusão. Ele teve um problema muito sério. A obra chegou a ficar interrompida por causa da desapropriação de um terreno de uma pessoa chamada Nuri Saad que criou muitas dificuldades para a municipalidade. Mas, esse problema foi sanado no mês passado e a obra retomou seu curso. Acredito que em mais um mês, um mês e meio podemos ter boas novidades.

Roberto Marinho e Operação Urbana Água Espraiada são assuntos interligados. A municipalidade, face aos questionamentos que houve em relação à solução técnica adotada para o projeto que era previsto na Lei da Operação Urbana Água Espraiada de 2001, a municipalidade interrompeu os processos licitatórios e o licenciamento da obra e remeteu ao legislativo, à Câmara dos Vereadores, um projeto de lei para adequação do melhoramento viário. Então, suspendemos as atividades aguardando a manifestação do legislativo. Esse projeto já teve audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e estamos aguardando alguma definição.

A Operação Urbana Água Espraiada tem recursos em caixa para essa execução, está hoje com aproximadamente 900 milhões de reais para execução do parque da extensão da Chucri Zaidan e da conexão do final da Roberto Marinho com a Avenida Abrão de Moraes. Mas, estamos agora numa outra fase que é a fase da adequação legislativa do projeto.

Tem a palavra o Vereador Donato.

O SR. DONATO – Secretário, quero aproveitar a oportunidade de falar sobre a Roberto Marinho. O custo de todas obras em relação a Roberto Marinho é de quanto aproximadamente?

O SR. SECRETÁRIO – 2,2 bilhões de reais com base em julho de 1999.

O SR. DONATO – O túnel?

O SR. SECRETÁRIO – Não, o conjunto. Os túneis, 1,3.

O SR. DONATO – Isso sem considerar a parte da Chucri Zaidan?

O SR. SECRETÁRIO – A da Chucri são 350 milhões. Acho que a Chucri com a Ponte Panamby são 350 milhões. Não tenho o número certo, mas acho que é por aí.

O SR. DONATO – Bom, têm 900 milhões em caixa. O senhor acredita que a operação urbana vai suportar sozinha esse investimento ou serão necessários recursos do tesouro.

O SR. SECRETÁRIO – Não posso fazer futurologia. Sei que temos 1,5 milhão de CEPACS.

O SR. DONATO – Mas o senhor pode fazer uma previsão. O orçamento é uma previsão.

O SR. SECRETÁRIO – 1,5 milhão de títulos. Os CEPACs provavelmente ultrapassam a casa de mil reais hoje com o mercado imobiliário do jeito que está. Então, teríamos aí mais 1,5 bilhão disponíveis para a venda. Então, com 900, estamos com 2,4 milhões. Futurologia porque o CEPAC tem de ser lançado no momento adequado. E aí, o Banco do Brasil a CVM colocam o melhor momento.

De qualquer forma, com o Brasil crescendo, com o mercado imobiliário melhorando, talvez seja. O Tesouro pode aportar, mas a participação do Tesouro...

O SR. DONATO – O senhor acha que para o ano que vem, a crise, não serão necessários os recursos do Tesouro?

O SR. SECRETÁRIO – Para o ano que vem não precisa de Tesouro. Porque se tudo correr bem; se a casa concordar com o projeto que está sendo estudado, nós vamos ter chance e iniciar essa obra apenas a partir de outubro deste ano. Portanto, 900 milhões que têm em caixa – até por uma questão operacional – você não consegue gastar tudo. É um conjunto de obras muito caras e provavelmente esses 900 milhões já dariam para este ano e para o ano que vem.

O SR. DONATO – A obra começará pelos túneis e pela...

O SR. SECRETÁRIO – Não é uma decisão fechada, mas tem um problema com a implantação do metrô. Então, a princípio acho importante resolver a questão da moradia, a questão do parque porque o metrô, a Linha 17- ouro, passa dentro do parque dentro do parque.

O SR. DONATO – Os 2,2 bilhões envolvem moradia?

O SR. SECRETÁRIO – Envolve quatro mil unidades de moradia. Existe também, com o Governo do Estado, para o CDHU fornecer seis mil moradias. Então, as quatro mil são construídas no interior do perímetro da Operação Urbana; e, as seis mil, com o dinheiro do CDHU, seria na região, mas não necessariamente no perímetro da Operação Urbana.

O SR. DONATO – Envolve recursos da Prefeitura para o CDHU ou não?

O SR. SECRETÁRIO – Não, o CDHU não tem recurso da Prefeitura.

Plano de Enchentes. Nós estamos renovando o contrato com a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica da Universidade de São Paulo para melhorar a questão de monitoramento de enchentes. O FCTH fez algumas propostas de algumas mudanças no sistema, no site. Enfim, essas ações do Plano de Enchentes estão sendo coordenadas no fundo pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. O Miguel contratou a fundação. O contrato de gerenciamento é da Siurb. Porém, o plano de seis ou sete bacias prioritárias que a fundação vai estudar é um contrato que está ligado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, não está comigo. Participo de reuniões e tudo mais, mas não é um contrato meu.

Quando ao CGE que dá aquela informação *on line* de como está o tempo, situação de alerta e tal, estamos estudando algumas propostas da fundação para melhoria do sistema para torná-lo mais ágil.

Rodoanel Norte. A questão da segregação de áreas: quem está fazendo toda a interação com a Dersa sobre essa questão é a SVMA. Nós não temos tido contatos recentes com a Dersa para tratar de Rodoanel Norte. Então, se vai cortar bairros, se vai seccionar,

depois a Secretaria do Verde provavelmente nos chamará para um debate para ver qual a forma de mitigação que será necessária. Mas, hoje não tenho discutido com a Dersa Rodoanel Norte.

Donato, sua vez. Detalhamento das dotações. Acho que o Orçamento, as grandes obras estão alocadas individualizadas. Acho que isso permite um bom acompanhamento. Quando falamos de uma canalização meio genérica, de pequenos canais e tal, acho que até é uma questão operacional. Acho que ela pode até ser aberta, mas a dotação em si, ela vir dividida é um negócio muito ruim operacionalmente para a gente. Mas, de qualquer forma, é uma decisão da Secretaria de Planejamento. Eles formatam até que nível eles querem.

O SR. DONATO – Eles têm a informação e eles podem...

O SR. SECRETÁRIO – Eles me requisitam, sim. Eles podem ter a informação, basta me pedir. A forma de apresentação de quantas rubricas, se generaliza ou não generaliza, isso não é uma forma minha. Já acho o orçamento de Siurb bastante detalhado comparado, por exemplo, com de Sehab. Mas, não é uma decisão minha o formato de apresentação.

O SR. DONATO – Mas, historicamente os orçamentos municipais já foram muito mais detalhados. Vinha cada córrego, cada escola, cada unidade de saúde. Pode haver uma dificuldade na operacionalização, entendo isso. Mas, do ponto de vista de transparência, de acompanhamento para a sociedade é importante.

O SR. SECRETÁRIO – Acho que poderia ter alguma coisa paralela, ou seja, a rubrica genérica, mas as ações em aberto. A Internet está aí para isso. Seria uma forma de conciliar as coisas.

Pirajuçara, Jardim Esmeralda, nós demos ordem de serviço para finalizar o licenciamento há pouco tempo atrás, uns dois, três meses atrás. A empresa está se mobilizando para completar. Agora, esse último trecho... quando você falou em meta de 66%, não sei de cabeça.

O SR. DONATO – está aqui no plano de metas.

O SR. SECRETÁRIO – Entendo que a maior parte da questão do Pirajuçara já foi resolvida. Acho que 66% ou mais com as obras que já foram realizadas. Essa obra é uma obra que tem pouco problema de recurso. Assim que licenciada, ela tem condições de andar rápido. Temos contratos de 89 milhões de reais, se não me engano; e, 48 vem do PAC I ainda, do contrato que temos com eles.

O SR. DONATO – Essa expectativa do licenciamento é resolver rápido, começar este ano?

O SR. SECRETÁRIO – É resolver rápido e começar este ano. A empresa está mobilizada. Acho que não é uma meta difícil de se atingida.

A duplicação da M'Boi dividimos em duas situações. Tem um contrato com a Empave, um contrato menor na faixa de 14 milhões, de um trecho da M'Boi para duplicação e que está praticamente acabado faltando uma desapropriação que precisa se concretizar, que é um acordo com a Secretaria de Saúde. É um terreno grande e que está se estudando quem ficaria e quem pagaria essa desapropriação para poder completar esse trecho.

Agora, na São paulo obras temos um projeto completo da suplicação da M'Boi para ir à licitação. Esse projeto está sendo finalizado, deve estar uns 60% concluído, mas aí já é um contrato. Se ele for realizado em outro nível financeiro vai esbarrar naquela questão que coloquei no começo para o Chagas que o município tem dificuldade de financiar sem parcerias muito grande.

Então, quando você fala em obra de 300 milhões, 200 milhões você sabe, Donato, que o Orçamento não comporta esse negócio. É difícil pedir para os outros quando tem muito dinheiro em caixa, esse é o problema. Pergunta para o Mauro Ricardo.

O SR. DONATO – Vou perguntar.

O SR. SECRETÁRIO - Esse trecho tem esse contrato menor. O contrato grande...

O SR. DONATO – É o trecho de 680 metros, do hospital até a Menininha.

O SR. SECRTÉARIO – O outro contrato, sou engenheiro, sou um cara de obras, sem

fui. A minha intenção é acabar esse projeto e preparar para licitação, mas volto a falar: vamos precisar de parcerias aqui para poder tocar esse negócio.

O SR. DONATO – Então, essa meta de duplicar a M'Boi não vai ser difícil de viabilizar, concluir a duplicação da Estrada de M'Boi Mirim.

O SR. SECRETÁRIO – 100%, esse projeto nova da M'Boi inteira acho difícil de realizar. Meta é meta, Donato. Estamos trabalhando para perseguir a meta, que é da linha da administração. Agora, se ela vai acontecer até o final de 2012.

Qual é a situação do Ponte baixa hoje? O Ponte Baixa está habilitado no PAC II; e, o PAC II, ele inovou com algumas outras exigências para poder abrir a licitação. Então, obra de PAC II precisa de autorização da Caixa para abrir a licitação. Para ter a autorização da Caixa nós temos alguns requisitos, e um deles está aqui na Câmara: o melhoramento viário. Precisa da lei de melhoramento viário do Córrego Ponte baixa. Está em tramitação aqui na Câmara. Ele foi enviado há um mês. Temos expectativa que vocês... é um córrego prioritário, morreu gente lá, tem 184 ou 140 milhões mais Minha Casa Minha Vida, sei lá. É um número significativo de recursos do Governo Federal. Aprovando o PL, acho que consigo. O projeto está pronto, a planilha pronta, tudo. Já foi feita a audiência pública. Restaria apenas abrir a licitação. Assim que tiver o PL pronto vou à Caixa Econômica para ver se eles autorizam a licitação.

O SR. DONATO – Também perguntei sobre a Sena Madureira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Está presente também na nossa audiência, Vereador Roberto Trípoli, Líder do Governo, a quem convido para compor a Mesa.

O SR. SECRETÁRIO – A Sena Madureira e o Caetano Álvares são obras importantes para o sistema viário da cidade. No ano passado teve uma emenda de bancada do Governo Federal no valor de 200 milhões de reais para contemplar túneis e passagens na cidade de São Paulo. Essa emenda não está liberada. Portanto, estamos aguardando que se vier a liberação dessa emenda federal, tocarmos a obra. Não foi nem dada ordem de serviço do contrato. E, se for dado, pretendo dar alguma coisa simbólica para concluir o estudo de

licenciamento das obras e deixar pronto aguardando uma parceria para poder tocar. De qualquer forma tem uma emenda lá, da bancada do Senado, de 200 milhões que era para a construção dos túneis.

O SR. DONATO – Só pela oportunidade, Nova Luz é com o senhor ou não?

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS- Não, a Nova Luz é um projeto do Miguel Bucalen.

O SR. DONATO – Então, o senhor não tem informação.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS - De como é que está o projeto? Não. Informação eu não tenho. Eu tenho uma obrinha na Nova Luz que é uma requalificação de calçada. Mas não é.

O SR. DONATO – Deixa eu aproveitar o santo. Eu aprendi no Exército que soldado de folga ou no quartel quer cadeia ou quer serviço. Então, tem uma licitação de escolas, está em Edif.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS - Está comigo.

O SR. DONATO – Como é que está, só para informação?

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS - Deve sair, acredito, em 15 dias está na rua a licitação. Das 155 escolas. É muito difícil conseguir terreno na Cidade para fazer obras. Hoje em dia todos os terrenos têm um problema, ou de contaminação, ou de verde ou de um córrego, tem alguma coisa. Estamos finalizando o processo para licitação.

O SR. DONATO – Os terrenos estão escolhidos?

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS - Estão, todos escolhidos e acho que em 15 dias fecham as planilhas e soltamos o edital.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Obrigado, Elton. Passo agora para o Guilherme Estanislau do Amaral, da Saúde, para fazer as respostas e comentários.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS - Posso ser liberado?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Não havendo mais uma questão posta eu

agradeço a presença. A Casa sempre o receberá com muita atenção. Obrigado.

O Líder do Governo está aqui. A Secretaria da Saúde está aqui. E as câmaras todas observando.

- Apartes fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Guilherme.

O SR. GUILHERME ESTANISLAU DO AMARAL - Começarei respondendo pela ordem das questões colocadas mas, antes de responder especificamente gostaria de fazer uma explanação de ordem geral. A primeira coisa que acho fundamental deixar claro é que tecnicamente se consegue mostrar uma vontade política, na hora em que se faz a execução orçamentária. Então, ao longo desses anos é inegável o aumento de recursos na Saúde. Posso entender todos os anseios e necessidades extremamente válidas, mas não podemos negar esforço concreto, sob o ponto de vista técnico, de investimento e de prioridade com relação à saúde. Tanto que estamos falando do segundo orçamento do Município de São Paulo. Quero deixar claro que para a Saúde temos tranquilidade nesta questão técnica. Se vocês pegarem, por exemplo, recurso municipal, no ano passado o índice de execução orçamentária atingiu 98%. Acho que é um número extremamente expressivo e que precisa ser levado em consideração na hora de fazer alguns questionamentos que considero até pontuais. Por exemplo, estamos no primeiro trimestre de 2011. É evidente que temos alguns projetos que estão mais adiantados e outros estão mais atrasados. Vamos deixar claro que a execução orçamentária é algo extremamente complicado. É preciso ter bons projetos, tem de seguir, obviamente, a legalidade, mas tudo isso não pode deixar de ser levado em consideração. No instante que se pega alguns pontos do Programa Mãe Paulistana. Obviamente os novos projetos que estão sendo trabalhados acendem uma luz para que possamos debater cada vez mais e possamos atingir o nível de execução orçamentária em torno de 98%. Ora, se estamos com o índice de execução global orçamentária em torno de 26% podemos ter desvios em alguns lugares, uns devem estar mais e outros devem estar menos. Acredito que é

extremamente plausível. Com relação à Mãe Paulistana acho que não há nada que me leve a acreditar em uma desaceleração do programa. Não tenho nenhum fato concreto, não tenho, dentro da Secretaria, nenhuma informação que me faça acreditar que isso está ocorrendo. Podemos ter algum problema em alguma licitação, realmente precisaria me enfrontar mais para responder, com maior profundidade, o tema. Não sou o dono de todos esses programas mas acho que do ponto de vista orçamentário, que é o ponto fundamental aqui, não estou sentindo, mas obviamente vou procurar me inteirar porque é obrigação nossa para ver o que está acontecendo. Espero que na apresentação trimestral possamos vir com melhores números e é extremamente válida a sua colocação. A porcentagem de atendimento, que passou de 20 para 50, não tenho esse dado técnico e não posso te passar mas vou levantar e faço questão de encaminhar as respostas. É extremamente importante.

Com relação ao Prodon vou falar a minha visão, de quem está trabalhando com o dinheiro. No ano passado o Dr. Gastão, juntamente com o Dr. José Maria – porque este é o tipo de programa que um médico adora. Eles nadam de braçada. Sou engenheiro, não posso discutir com o mesmo brilhantismo, mas posso atestar o esforço técnico para colocar este programa em andamento. Por quê? No ano passado se olharmos a execução orçamentária foi praticamente no segundo semestre que foi feita toda a execução do Prodon. Então, trabalhou-se de forma ferrenha porque existem alguns critérios técnicos. Não se pode colocar uma pessoa para receber atendimento médico em casa sem ter total consciência de que aquilo não vai prejudicar o paciente. É óbvio que, como todo o programa novo, e aproveito para responder à Maria do Socorro a respeito de Itaquera. Acho que não podemos só olhar Itaquera. Tem de olhar São Paulo como um todo. Esse programa tem de crescer. Não sei quais são os locais tecnicamente neste instante. Sei que começou como um projeto piloto, que começaram a fazer para poder ter uma validação do ponto de vista médico e, em função disso, no segundo semestre acelerou. Vocês podem pegar a execução orçamentária para comprovar o que estou dizendo. Itaquera, especificamente, precisaria ver. Chega para mim qualquer dado para gastar,

por exemplo, obras, eu só executo se vier da engenharia e disse que aquela obra é prioritária em relação a outra. Não posso fazer porque acho que aquela reivindicação é melhor que a outra. Quem tem de falar isso para mim são as áreas técnicas. Por isso que digo que execução orçamentária é algo essencial para que possamos dar uma resposta adequada.

- Aparte fora do microfone.

O SR. GUILHERME ESTANISLAU DO AMARAL - O que conheço, pelo menos nos projetos em que sou chamado a responder, todos são na periferia. Não tenho – e depois vamos aprofundar a resposta da PPP – mas que eu saiba, todos eles estão na periferia. Então, os principais projetos estão hoje na periferia. E não poderia ser diferente. O que podemos discutir é se poderia ser mais ou menos e daí, obviamente, como financeiro da saúde se tiver recurso para mim eu fico contente. Mas, puxa, vamos ter uma visão global porque isso precisa ser equacionado. Sinto-me até privilegiado. Basta ver a porcentagem dos recursos que estão sendo destinados de impostos arrecadados. Na área de saúde, neste ponto, se eu reclamar, talvez o vereador tivesse até mais motivo para reclamar do que eu. Entendo que realmente existem necessidades. Acho que na questão do Prodon é preciso que a área técnica me diga que Itaquera é prioritário, por exemplo, em relação a Parelheiros. Se alguém não me falar isso terei dificuldade. Não posso fazer da minha cabeça. O dinheiro não é meu, é público e temos de nos guiar por preceitos técnicos. Acho que isso é que tem sido a linha que o Dr. José Maria e o Dr. Januário nos coloca sempre. Esse tipo de preocupação.

Com relação à PPP gostaria de colocar um ponto que é geral. Vou falar do pouco que participei da discussão do tema, mas sinto que a grande preocupação do Prefeito não é inaugurar obra. É inaugurar obras com qualidade. Se tivermos um mau projeto para quê levá-lo para a frente? Não podemos deixar um legado para o próximo prefeito, seja de que partido for, de problemas. De ter de refazer licitações e projetos. Isso demora na área pública muito tempo. Vemos no Governo Federal atualmente tentativas para acelerar isso, com a revisão da 8666. Não podemos deixar um legado para o próximo prefeito porque não é para o prefeito, é para a

população de São Paulo. Neste ponto, por exemplo, o Fábio coloca que no plano passou de 3 hospitais para 9. Independentemente do número em si eu ficaria muito mais preocupado se tivesse passado para 1.

Vou responder agora sob o ponto de vista do orçamento. No orçamento, para mitigar os riscos, porque obviamente em uma PPP existem riscos envolvidos, não estou aqui para negar o óbvio. Para mitigar vocês vão ver lá, na dotação, existem três dotações uma para o Hospital Parelheiros, outra para o hospital da Vila Brasilândia e outra pra a zona Leste, Artur Alvim, não me lembro qual é. Isso são as construções. Junto com isso serão feitas reformas e uma série de outros equipamentos públicos. Precisamos aumentar a quantidade de leitos em São Paulo. Isso é algo que precisa. Torço pela PPP e me esforço para que dê resultados independentemente de ser neste ou no próximo governo. A população ganhará com isso. Vamos deixar claro que não estamos lá fazendo esforço para pura e simplesmente alavancar a imagem do Prefeito. Não é essa a determinação que temos. A determinação que temos é a de que façamos o melhor projeto possível porque precisamos ser resolutivos. Afinal é dinheiro público. Chega de refaz, um faz e outro desfaz. Não pode, temos de ter continuidade. Com relação às áreas, tenho agendamento, até o final do ano, junto com o Conselho Municipal de Saúde que participo pessoalmente exatamente para pegar essas informações da população. Acho que é o principal canal que eu tenho, técnico, para levar isso ao conhecimento do Dr. José Maria e, de alguma forma, podermos encaminhar algum tipo de solução. Podem ter certeza de que é algo que o Dr. José Maria me pediu muito que comparecesse a este trabalho e eu tenho na minha agenda. Podem checar que estarei presente em todas elas, com o maior prazer, diga-se de passagem.

O prazo em que será entregue. Fábio, não posso te dizer o prazo, aproveitando para responder ao Vereador Chagas, tenho algumas questões que precisamos trabalhar um pouco mais junto com as áreas técnicas. Como vocês falaram envolve uma série de áreas. É óbvio que existem riscos nisso. Não estamos querendo dizer que está tudo solucionado. Agora, que

estamos trabalhando com o intuito de terminar até o final da gestão, não tenha dúvida. Não podemos transigir desse trabalho, mas com qualidade, com critério e não fazer as coisas apressadas. Repito, temos como mitigar esse risco, se não sair a PPP, por exemplo. Tenho dotação orçamentária de mil reais para os três hospitais e eu simplesmente realoco o recurso de 130 milhões de reais para a PPP. O recurso não dá para tudo mas que dá para este ano fazer o que for necessário não tenham a menor dúvida.

Então, se tiver de deixar para outro prefeito pode acontecer? Pode. É uma realidade que estamos trabalhando no momento? Não. Não é o que estamos trabalhando no momento.

A questão da região em que vai ser feito o equipamento. Acredito que, vamos falar de novo em orçamento. Não posso executar nada que não venha das áreas técnicas dizendo qual é o equipamento que vai ser feito. Qual é o critério técnico? Isso tudo tem estudos. O Tribunal de Contas acompanha todos esses estudos e todo esse trabalho feito. Então, não posso falar especificamente com relação ao Jardim Miriam e ao Pantanal dos equipamentos e quais são os projetos que temos nesta região. Você faz uma colocação de que esse pessoal do Jardim Miriam vai para Diadema para ser atendido lá. Não duvido até que isso ocorra, em alguma coisa pontual. O que posso afirmar, categoricamente, é que o que existe é o movimento inverso. São Paulo é receptor e não doador. Graças a Deus estamos de braços abertos para todos os brasileiros que tem algum problema e que precisam ser atendidos. De forma alguma poderíamos fazer esse tipo de discriminação. O que nos chama a atenção é que se este fato está ocorrendo precisamos relatar para as áreas técnicas para que possam, talvez, somar as informações e refinar os projetos técnicos. Esse é um processo que quero deixar claro, que é dinâmico. É extremamente dinâmico. Não podemos imaginar, ainda mais na área médica, de repente vem um surto de alguma coisa e é óbvio que vai remanejar recursos para que se possa atender determinados problemas que se tenha. Evidentemente. No limite pode até conversar com Sempla a necessidade de uma suplementação o que, graças a Deus, não é o caso.

- Aparte fora do microfone.

O SR. AIRTON – É importante esclarecer isso. As pessoas que vão a Diadema são, em sua maioria, residentes da comunidade de Pantanal. O Jardim Miriam tem um posto é que está sobrecarregado e o Pantanal não tem nenhum. É verdade. Se o senhor tiver disponibilidade podemos fazer uma visita e o senhor conhecer o problema de perto. Acho que São Paulo recebe mesmo as pessoas mas para procedimentos de alta ou média complexidade. Não é o caso lá. É um posto de saúde. A pessoa quer um atendimento de posto de saúde. Ela não sabe até a gravidade do problema que tem. Aquilo pode ser grave ou não. Ela quer um atendimento e, quando procura uma UBS ela procura dentro de Diadema.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Antes do Guilherme continuar estamos a dez minutos de terminar e pediu a palavra o Mário Seabra que é do gabinete do Vereador Roberto Trípoli. Passo a palavra para ele. O senhor volta e, antes de encerrar passo a palavra ao Ivan que também solicitou.

O SR. MÁRIO SEABRA – Boa tarde. Na qualidade de representante do mandato do Vereador Trípoli que, todos sabem, é um protetor ambiental, protetor de defesa animal, há uma preocupação muito grande porque historicamente o Centro de Controle de Zoonoses, o CCZ, era uma unidade orçamentária independente, com recursos próprios, com dotações próprias e, a partir de determinado tempo, não me recordo quando, passou a ser administrado pela Covisa, passou a ser um departamento da Covisa. Isso vem causando uma série de transtornos porque determinados empenhos efetuados pela Covisa, os gastos são feitos tanto por setores da Covisa quanto pelo CCZ o que torna impossível um controle adequado. Em abril deste ano o Vereador Trípoli encaminhou ao Dr. Rubens Chammas um ofício solicitando desvinculação do CCZ da Covisa tornando-se novamente uma unidade orçamentária independente. A pergunta é: este ofício já chegou à Secretaria de Saúde? Há estudos neste sentido? Já podemos contar com o CCZ como unidade independente no próximo orçamento, de 2012?

O SR. IVAN – Só para completar algumas coisas em função do tempo, em relação ao PSF hoje a Secretaria Municipal da Saúde efetivamente tem cerca de 1206 ou 1211 equipes. Nos dados do Ministério da Saúde contam 900 e alguma coisa, como apontou o João, mas é que o Ministério da Saúde não reconhece as equipes onde temos médicos de jornada de 20 horas. Ocorre que na grade do SUS ele pede 40 horas. São Paulo, devido ao problema de mobilidade e distância, tem de dividir esta jornada em dois médicos de J-20, ou seja, jornada de 20 horas. Então, fecha a equipe desta forma. Essa maneira que São Paulo adota para suprir a população mais distante o Ministério não reconhece. Evidentemente se abrir o site vai haver 900 e poucas equipes. Efetivamente temos em prática e ação 1200 e poucas equipes.

- Aparte fora do microfone.

O SR. IVAN – Não, não está diminuindo. Muito pelo contrário, está crescendo. Hoje o que temos é um problema da falta de mão de obra na especialidade médica de psiquiatria. É um dado concreto, nacional. Outro dado é que falta médico pediatra. Isso é uma realidade, e acho que precisamos discutir de forma geral e sair deste âmbito pequeno do Município de São Paulo e discutir isso maior, com o Conselho Regional de Medicina, com as universidades, porque falta pediatra não só no setor público quanto no privado. E psiquiatra também. Quanto ao dado do Mãe Paulistana, o programa ultrapassou a marca de mais de 500 mil partos. Então, esse número que o Fábio apontou precisa verificar o que ocorreu. Se é um engano seu ou se é um engano nosso. Vamos verificar. O Mãe Paulistana está aí, funcionando a todo o vapor, efetivamente com dados concretos e comprovados. Não sofre nenhuma paralisação, nenhuma lentidão na sua execução.

Quanto às questões que D. Socorro apontou. Todas as unidades de saúde, todas, via de regra, não são decididas de cima para baixo, de forma alguma. Muito pelo contrário, os conselhos gestores participam disso, vamos às audiências públicas pessoalmente. Vou a todas, nos bairros distantes e essas demandas são levadas para a Secretaria. As unidades são feitas pela Supervisão Técnica de Saúde com base em critérios epidemiológicos, indicadores

sociais, sócio-econômicos e isso tudo compõe o índice de necessidade de saúde, o INS. Com base nesses indicadores é que vamos determinar a implantação de um equipamento de saúde. Agora a senhora me pergunta se é suficiente o equipamento que temos? De forma alguma. Que houve um avanço quantitativo isso é inegável. Evidentemente há uma necessidade na sua região. Na outra, ao lado, pode ser que o índice de cobertura seja muito menor e na sua não é o desejado. Mas o outro índice de cobertura que é menor é o que vamos socorrer.

Quanto a região Sul, Ailton, Jardim Novo Pantanal, tivemos reunião com a comunidade, tem razão, há uma necessidade da unidade. O Jardim Eliana, da região, também nos procurou. A zona Sul de São Paulo era um vazio em termos de equipamento de saúde, essa era a realidade. Se formos olhar quantitativamente o que foi instalado lá de unidades, AMA, AMA Especialidade, CAPS, Unidade Básica de Saúde tradicional e PSF é uma constatação óbvia. Basta verificar.

Recentemente atendemos o Vila Sabiá, Vila Natal. Fizemos a reforma do Parque Residencial Cocaia. A unidade foi toda reformada. Estamos transferindo a AMA do Jardim Popular para o Jardim Vera Cruz. Essas adequações estão sendo feitas. Evidentemente o orçamento de São Paulo hoje, em torno de 6 bilhões de reais, é gigantesco, mas para atender a todas as demandas que se apresentam, honestamente, precisaria o dobro. São Paulo não recebe a contrapartida necessária do SUS. Tanto que parte do orçamento da saúde é 75% Tesouro do Município de São Paulo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) - Devolvo a palavra ao Guilherme. Estamos a dois minutos do encerramento da audiência pública. Gostaria que o senhor pudesse acelerar.

- Apartes fora do microfone.

O SR. GUILHERME ESTANISLAU DO AMARAL - Faço questão de visitar. Vou junto com o Conselho. Vou responder rapidamente aos questionamentos.

Em relação à questão levantada pelo João, do cronograma, acho que já respondi. Não tenho esse cronograma. Não está pronto. Não poderia divulgar aqui algo que não tenho.

- Apartes fora do microfone.

O SR. GUILHERME ESTANISLAU DO AMARAL - As dificuldades são eminentemente técnicas. Os critérios legais, técnicos, de qualidade precisam ser checados pela Secretaria. Na área pública não se pode terceirizar responsabilidade. Pode, realmente, pegar mão de obra para auxiliar. Algo que nunca delegamos para outros é a responsabilidade de como será feito isso daí. Repito, duvido que alguém aponte que qualidade não é prioridade. Acho que vocês podem até não concordar. Eu, que estou vivendo o dia a dia lá, soltar algo de forma incompleta, sem contar que é dinheiro público! Participei de evento na GV extremamente esclarecedor. Todos esses problemas que estamos passando foram passados no Estado da Bahia. Não estamos criando problemas específicos. Não é que não queremos fazer. Temos o maior interesse em fazer. Quero deixar claro. Temos dificuldades? Sim. São técnicas? Sim. Evidentemente técnicas.

AMA Sorriso. Não tenho os dados comigo para falar a respeito do assunto. Mas prometo encaminhar resposta. Quanto ao PSF só quero fazer um colocaçāo a mais. O Ivan brilhantemente já expôs aqui. Basicamente tem de imaginar o PSF como algo dinâmico. Tem um sistema onde se cadastra as equipes e o dinheiro vem automaticamente. Se um profissional pediu demissão, ora, não tenho dois médicos. Tenho um médico. A equipe fica desfalcada e o dinheiro não vem. Uma hora aumenta, outra hora diminui. Agora temos problemas efetivamente de gente que sai e estamos contratando no mercado. Acho que não podemos encarar um período em que um tem a mais e outro tem a menos como uma ação política para diminuir investimento. De novo eu falo: olhem a execução orçamentária. Não há remanejamento orçamentário. Vejam o que foi feito no ano passado com o recurso de PSF. Foi utilizado na totalidade. Se não foi na totalidade sobrou *peanuts*. Garanto que não há qualquer desaceleração. Existe um monitoramento, um trabalho dinâmico. Não podemos imaginar que coloquei, tem esse número e esse número vai permanecer para sempre. Não é verdade. Senão, estaríamos vendendo uma ilusão e não é o que queremos fazer.

O CCZ, isso é uma questão técnica de passar de um lugar para outro. Isso, primeiro tem de ser avaliado tecnicamente no conjunto das ações da Saúde, se faz sentido. Vou levar ao Secretário para que ele possa fazer a avaliação. Em segundo lugar, sob o ponto de vista orçamentário, como se faria isso, quais são as dificuldades. Isso tudo feito, veja, tecnicamente é possível ser feito. Agora, não posso, entendo perfeitamente. Só digo que tem alguns passos que é preciso ser tomado. Meu papel aqui seria muito mais levar a solicitação para que possamos nos posicionar com relação ao assunto.

As demais perguntas para as quais não tive tempo – obviamente estou à disposição, posso voltar – me comprometo a enviar por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Chagas) – Por gentileza, encaminhe por escrito para a Comissão.

Antes de encerrar os trabalhos registro que estiveram presentes à audiência pública o Secretário Elton Santa Fé Zacarias, de Infraestrutura Urbana e Obras; o Sr. Guilherme Estanislau do Amaral, coordenador de Finanças e Orçamento da Secretaria da Saúde e o Sr. Ivan Cáceres, assessor parlamentar da Secretaria.

Aproveito para convidar os presentes e aqueles que nos acompanham para a próxima audiência pública, amanhã, 27 de maio de 2011 das 11h às 14h com os temas Habitação, Trânsito, Transporte, SPTrans e CET. Gostaria de contar com todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos. Obrigado.